

# A Natureza de uma Geografia Nova

*Inês Aguiar de Freitas\**

## DA DESCRIÇÃO DA NATUREZA. DA NATUREZA DA DESCRIÇÃO

“**Q**uanto a mim, disse o marinheiro, ...se o senhor quiser, Sr. Smith, nós faremos desta ilha uma pequena América! Nós aqui ergueremos cidades, construiremos estradas de ferro, instalaremos telégrafos, e, um belo dia, quando ela estiver bem transformada, bem arranjada, bem civilizada, nós iremos oferecê-la ao governo da União! Eu só peço uma coisa.

- Qual? respondeu o repórter?

- É de não mais nos considerar como náufragos, mas sim como colonos que vieram aqui para colonizar!

Cyrus Smith não se pôde impedir de sorrir e a idéia do marinheiro foi adotada.

- Meus amigos, respondeu o engenheiro, me parece bom dar um nome a esta ilha, assim como aos cabos, aos promontórios, aos cursos d'água que temos sob os olhos...

- Muito bom, disse o repórter. Isso simplificará no futuro as instruções que poderemos ter a dar ou a seguir.

- Em efeito, replicou o marinheiro, é já alguma coisa poder dizer onde se vai ou de onde se vem. Ao menos, tem-se a impressão de estar em algum lugar...

A proposta do engenheiro foi unanimemente aceita por seus companheiros. [E, após ter sido batizada]... A ilha estava lá, sob seus olhos, como uma

carta desdobrada, e tudo o que havia era um nome a colocar em todos os seus ângulos entrando ou saindo, como a todos os seus relevos. Gédéon Spilet [o geógrafo] os escreveria à medida em que eles aparecessem e a nomenclatura geográfica da ilha seria definitivamente adotada.”

(Júlio VERNE, *A ilha misteriosa*, 1874)

O gênio “geográfico” de Júlio Verne se expõe neste texto que, além de nos fazer mergulhar no imaginário das ilhas “esquecidas do mundo”, tão comum no século XVIII, nos permite também pensar nesse processo de conquista próprio do século das Luzes e que consistia em se apropriar do mundo pelas palavras. O texto de Júlio Verne evoca bem esse sentido e essa importância conferidos, no tempo das grandes viagens científicas do Iluminismo, ao ato mesmo da denominação - nomear as coisas, “batizá-las” através de palavras, pegar a ilha e todas as coisas da natureza na rede dos nomes “reconhecíveis” por uma dada cultura; transformar a ilha em um “mapa desdobrado” de uma memória que se escreve; fazer do território uma carta que se pode manipular, que se pode ler e sobre a qual pode-se ler a si próprio: tudo isso não é mais “conquista”, mas já “colonização”. “Colonizar” é transformar um espaço qualquer em lugar.

É certo que nomear as coisas recentemente descobertas sempre foi, ao longo da história, uma preocupação dos grandes viajantes. Mas, no sé-

\* Doutora em Geografia pela Universidade de Paris IV - Sorbonne; Geógrafa da Fundação CIDE, da Secplan/ Estado do Rio; Professora Adjunta Visitante do Departamento de Geografia da UERJ.

culo XVIII, uma diferença se instala: a produção do espaço como linguagem (sobre o qual se pode escrever, cartografar, denominar) tem por objetivo fundar uma atividade rica de potencialidades e, mais profundamente, uma atividade científica - o ato de nomear tornando possível operações futuras. Aqui, a representação construída a partir da denominação não serve somente para exprimir as coisas; ela permite um trabalho. Efeito, claro, de uma apropriação, ela é, antes de mais nada, um gesto instaurador de “progresso”, de “civilização”, dando aos lugares e aos elementos da natureza (animais, plantas...) a possibilidade de se inserir no campo de uma história humana. Nomear é, então, abrir a uma possibilidade e não um fim em si mesmo. Mais do que simples apropriação, o ato de nomear constrói as condições de uma existência futura.

Essa nova maneira de nomear conheceu um verdadeiro sucesso junto aos viajantes do século XVIII. Ela permitiu sustentar o objetivo principal das grandes viagens científicas da época: tornar o mundo cientificamente “visível”, isto é, abrir no mundo as vias científicas que dão acesso a todos os lugares e a todos os elementos da natureza, permitindo a todos aqueles que viessem posteriormente seguir tais pegadas e, assim, avançar mais facilmente no conhecimento do mundo.

Mas a linguagem do século XVIII, aquela desses viajantes, comporta também alguma coisa de novo, algo que esconde uma nova maneira de apreender o mundo, um novo pensamento. Em outros termos, essa linguagem deve ser analisada como fazendo parte de um sistema radicalmente novo de representação do mundo. Assim, deve-se, neste ponto, abrir um parêntese e recorrer a algumas idéias desenvolvidas por Foucault, a fim de melhor compreender os modos de representação da natureza presentes nos relatos de viagem que constituíram nosso objeto de estudo. Por que considerar as pranchas desenhadas pelos naturalistas como “linguagem”? Qual a contribuição das *litteraria* e qual o seu lugar e

importância nos textos deixados pelos viajantes? Por que as coleções de *specimen*, assim como os herbários, ganharam uma tão grande importância no século XVIII?

Ajudar a compreender as novas formas de linguagem ou de representação do mundo é um dos objetivos deste artigo. Mas o é também ajudar a compreender essa necessidade, mais do que nunca antes sentida por nossos viajantes, de nomear, de preencher com palavras, com novos modos de representação, os vazios do mundo, assim como aquela necessidade de tornar reconhecíveis os elementos da natureza, as coisas do mundo, conferindo-lhes seus próprios nomes.

Segundo FOUCAULT (1966), uma episteme é, em linhas gerais, uma grade conceitual que fornece conceitos de ordem, de signos e de linguagem que, num dado momento, permitem a uma série de práticas discursivas serem chamadas de conhecimento. Para Foucault, a episteme da Renascença estava estruturada sobre a semelhança, sobre uma maneira de ver o mundo onde não havia qualquer distância, qualquer vazio, entre as “palavras” e as “coisas”. Isto permitia constituir um sistema de classificação, formar analogias entre os objetos mais diversos, baseando-se mais nos signos, símbolos e “palavras” do que na dimensão concreta das “coisas”. Dessa maneira, classificar referia-se mais a “reunir objetos semelhantes” que à idéia de buscar e estabelecer uma relação entre tais objetos. Em outros termos, não havia, em princípio, grande diferença entre os signos postos sobre o papel e os signos na natureza, entre as representações e os objetos representados.

Os primeiros viajantes que chegaram ao Brasil, por exemplo, ao longo do século XVI, observaram os elementos dessa natureza nova através do prisma de representações da Renascença, como as alegorias ou os famosos “gabinetes de curiosidades”. As alegorias são composições fragmentárias e metamórficas, nas quais os elementos visuais conviviam com temas pictóricos que lhes eram estranhos (assiste-se assim a um ana-

cronismo, como naqueles quadros em que índios eram apresentados junto a templos antigos). Os gabinetes de curiosidades, por sua vez, eram coleções do Novo Mundo que reuniam elementos os mais “curiosos”, como cabeças de animais, plumas de pássaros, plantas e animais exóticos e mesmo minerais. Estas duas formas de composição - as alegorias e o gabinete - são bastante exemplares da forma de linguagem própria da Renascença: um saber que coleciona imagens, estabelecendo entre elas uma relação baseada mais na semelhança. Da mesma maneira, sempre segundo Foucault, a ciência da época apreendia os elementos da natureza a partir de critérios como a “simpatia” (atração) e a “conveniência” (proximidade). Uma tal representação, um tal arranjo das coleções de história natural, nos parecem estranhos porque revelam uma outra lógica, uma outra grade conceitual, enfim, uma outra episteme, diferente da nossa. Porque, no espaço de quase um século, uma outra ordem do real vai se instalar, rompendo de maneira extremamente clara com o período precedente. A história natural também nasceu, segundo Foucault, dessa nova episteme, daquela que nós podemos chamar de episteme clássica.

Esta mudança da episteme ou, se preferirmos, esta mudança na maneira de perceber o real, emergiu ao longo do século XVIII e vai ter, antes de tudo, uma implicação maior: o acento sobre a visão, sobre a visibilidade. A preocupação vai se voltar para as superfícies e as linhas externas de um mundo plenamente “visível” e compreensível a partir do olhar. (Não se pensará ainda nas funções nem nos tecidos invisíveis, como se fará no século XIX. É, por exemplo, o caso de Lineu: para ele, a racionalidade da natureza estava dissociada de uma estrutura interna das plantas ou dos animais, e sua classificação podia então se apoiar sobre as características visuais externas de suas partes sexuais/reprodutivas.) Assim, o objeto da história natural será dado

*...pelas superfícies e pelas linhas, não pelos funcionamentos ou tecidos invisíveis.*

*A planta e o animal se vêem menos em sua unidade orgânica que pelo corte visível de seus órgãos. Eles são patas e cascos, flores e frutos, antes mesmo de serem respiração ou líquidos internos... A anatomia, nos séculos XVII e XVIII, perdeu o papel norteador que ela tinha na Renascença e que reencontrará na época de Cuvier... Da presença epistemológica da botânica: é que o espaço comum às palavras e às coisas constitui para as plantas uma grade bem mais acolhedora, bem menos “negra” que para os animais; na medida em que muitos dos órgãos constitutivos são visíveis sobre a planta e não o são nos animais... Um dia, no fim do século XVIII, Cuvier lançará mão dos frascos do Muséum, quebrar-lhes-á e dissecará toda a grande conserva clássica da visibilidade animal. (FOUCAULT, 1966: 149-150)*

Não é por acaso que a idéia de uma *história natural*, no século XVIII, se aproxima do significado antigo, grego, da palavra *história*, no sentido de *ver*. (O historiador, no pensamento grego, é aquele que *vê* e que conta e descreve a partir de seu olhar.)

Segundo Foucault, no século XVIII, um espaço vai se abrir entre as palavras e as coisas, que, dissociadas, vão formar entre elas um **espaço de representação**. É nesse espaço de representação que o discurso da história natural vai se constituir e vai navegar entre esses dois registros, ou, melhor dizendo, vai se dar por projeto aproximar as coisas das palavras. Mas, vamos dar mais uma vez a palavra a Foucault, ele mesmo que, mais que qualquer outro pensador, nos esclarece sobre o novo sentido apreendido pela história no século XVIII, assim como sobre os novos gêneros de representação:

*A idade clássica dá à história todo um outro sentido: aquele de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas elas mesmas, e de transcrever em seguida aquilo que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Compreende-se que, nessa “pu-*

rificação”, a primeira forma de história que se constituiu tenha sido a história da natureza. Porque ela, para se construir, só tem necessidade de palavras aplicadas sem intermediário com as coisas mesmas. Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um grande retângulo intemporal, onde, desprovidos de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns, e assim já virtualmente analisados, e portadores de seu único nome. (FOUCAULT, 1966: 143)

Graças a isso, os naturalistas (e mesmo os humanistas) vão poder apreender os objetos por sua morfologia. E o melhor exemplo deste novo *approach* é o sistema de classificação na natureza de Lineu (estabelecido, como sabemos, a partir das formas). A reunião pura e simples das imagens as mais diversas vai progressivamente dar lugar a uma busca de ligações a serem estabelecidas entre as formas - o que explica o cuidado de dar conta dos mínimos detalhes perceptíveis nas pranchas dos naturalistas, a partir do século XVII. E a importância da qual se revestem essas pranchas pode ser explicada pela ausência de um vocabulário apropriado que pudesse dar conta dos novos elementos de um mundo também totalmente novo, ou mesmo pela imprecisão dos termos, ou enfim, pelo hiato inevitável entre o olhar que percebe os objetos de maneira global e a escrita que pode apenas nos dar algumas características, impondo limites precisos a uma descrição perfeita. Lembremos Bernardin de Saint-Pierre que deplorava os limites que impõe a língua àquele que quer descrever a natureza - “A arte de descrever a natureza é tão nova que os termos adequados ainda não foram inventados... tente então de fazer a descrição de uma montanha de maneira a que todos a possam conhecer!” - ou Sé-

nancour que, em 1811, observava que se o pincel pode dar, à primeira vista, uma idéia completa e bem acabada de um objeto, a caneta só o pode fazer por etapas sucessivas (MERCURE DE FRANCE, sep. 1811).

O mundo artístico, que não ficará indiferente a esse desejo de representar o mundo e uma nova natureza, participará desse movimento. Lembremos que Bougainville e Cook estão entre os primeiros a chamarem, efetivamente, artistas profissionais bem treinados para fazerem parte de suas expedições. Nesta visão européia, a estética e os procedimentos científicos convergem para uma mesma abordagem e vão condicionar, de maneira substancial, as formas de conhecimento no Ocidente. E isto vai significar também uma nova atitude nas artes, a abordagem empírica da natureza, através da representação das paisagens, que tinha, até então, um papel menor na história da arte. Mas naquele momento, ser capaz de desenhar, ter talentos artísticos, torna-se quase uma obrigação para os cientistas que se ocupam da botânica, da zoologia, da mineralogia ou mesmo da etnografia. Logo, esses artistas-ilustradores trabalharão ao lado dos cientistas, procurando, a cada dia, uma percepção cada vez mais “empírica”. Neste “trunfo da visão empírica”, nota-se então que estes artistas percorrem uma trajetória que leva a uma visão transcendente do mundo a uma visão muito materialista (ou seja, não verdadeiramente artística no sentido próprio do termo). O que significa que estes “artistas” serão, de uma certa maneira, também considerados com cientistas. E, de sua parte, os cientistas tornam-se, forçosamente, um pouco “artistas”. É assim que se pode dizer que a abertura do mundo pela ciência significava também uma abertura do mundo artístico.

Por outro lado, não é sobre o plano artístico que iremos observar uma “materialização” da representação em detrimento de uma visão transcendental. Também a descrição, como bem definiu a Enciclopédia, torna-se uma operação “pela qual incumbe-se de fazer conhecer uma coisa por

algumas propriedades e circunstâncias que lhes são particulares, suficientes para dar uma idéia dela e distingui-la das outras, mas que não desenvolve, em nenhuma hipótese, sua natureza e sua essência”. Assim, por princípio, a descrição se restringe à superfície das coisas. E é por isso que ela se realiza na enumeração dos atributos dos objetos. À essência, prefere-se a aparência. A descrição só deve dar conta da **visibilidade** de um objeto.

Parece então manifesto que as ciências naturais - como a botânica e a zoologia, entre outras - devem sua transformação estrutural a uma estratégia de linguagem e de representação do mundo baseada na “realidade”, numa suposta “objetividade”, nascida da experiência visual. (Lembremos que, naquele momento, o campo objetivo do saber se torna, mais do que nunca, colocado nos limites estreitos do empirismo). Do mesmo modo, as coisas tornavam-se “reais” a partir de sua relação com seu nome, nesse espaço de representação existente entre elas (as coisas) e as palavras. O interesse sobre as coisas, sobretudo nas expedições científicas, não se situa numa projeção do ser humano sobre os objetos, mas nas relações que estabelecem os objetos entre eles. Descrever é representar as coisas como elas são. “Descrever” é inventariar. O que importa para os viajantes, por exemplo, não é pintar belos quadros que alimentam o espírito, mas dizer a **verdade**.

*O século das Luzes forma talvez um parêntese dentro do qual o mundo, silencioso a Deus e aos homens, se contenta em afirmar a plenitude de sua presença. Talvez as descrições jamais estiveram tão próximas da objetividade que no momento em que os grandes viajantes disseram a verdade das coisas em sua pura realidade... Nu e desnudado de significação alegórica ou metafórica, o objeto é descrito tal qual ele mesmo, através de suas qualidades e através de sua função no seio do reino ao qual ele pertence... Sem jamais se (re)vestir de uma signifi-*

*cação, o mundo é aquilo que sua aparência deixa ver, sem mais. (BERTHIAUME, 1990: 335-36)*

Ora, a idéia de uma tal objetividade não fazia nenhum sentido no mundo de antigamente, onde as coisas só existiam na linguagem, como na episteme da Renascença. A objetividade só se torna possível quando a linguagem faz o papel apenas de mediadora entre as palavras e as coisas, um papel de representação.

STODDART (1986) nos lembra que uma “ciência objetiva” não deve ser confundida com um simples “realismo”; a objetividade científica é o resultado de uma acentuada importância dada à medida e à calibração dos instrumentos, assim que ao aperfeiçoamento das ilustrações que permitiram repertoriar, cada vez mais precisamente, os resultados originados da observação direta (numa maneira “verdadeira” de fazer história natural naquele momento). Através dos desenhos e das representações artísticas, os artistas-cientistas queriam mostrar ao público os resultados de suas descobertas. Dessa maneira, as artes correspondem, de algum modo, aos instrumentos de medida utilizados pelos físicos, pelos matemáticos e pelos geógrafos do século XVII, na medida em que eles também têm por objetivo fazer conhecer a figura da Terra. LIVINGSTONE (1992) lembra que as viagens científicas causaram um importante impacto sobre os métodos de trabalho e as técnicas utilizadas pelos artistas. Mesmo os artistas submeteram progressivamente sua própria visão da natureza às exigências e às necessidades da ciência. No tempo dos viajantes-naturalistas, todo relato, todo diário de viagem, comporta pranchas, figuras, cartas e mapas, ao ponto de sua ausência ser razão suficiente para que a veracidade do relato fosse posta em dúvida. Assim, cada planta, cada desenho, cada herbário, deve ser visto como fazendo parte do relato. Mais ainda: eles merecem uma atenção especial, pois é neles que reside essa nova maneira de ver e de representar o mundo. Essas formas de expressão eram talvez a parte mais “ci-

entífica” de um relato, porque era a mais “objetiva” do trabalho dos viajantes.

Aos instrumentos e ilustrações pode-se ainda juntar as coleções de *espécimens* (tão caras aos naturalistas do século XVIII) construídas para trazer a prova maior de que se visitou os lugares mais longínquos e de que se observou os fenômenos mais diversos. Tais espécimens, classificados, nomeados e colocados em ordem (a coleção), tornados “visíveis”, podiam então se inscrever na grade intelectual europeia, que, por outro lado, ganhava, a cada dia, mais importância. Os naturalistas iriam assim fornecer descrições, gravuras e coleções de *espécimens*, numa valorização muito grande de uma estética da natureza.

Mas, lembremos que as pranchas, as obras artísticas/científicas, as coleções, como já vimos, faziam parte do ato de descrever. E os viajantes praticam, entre outras, duas operações complementares em suas descrições: de um lado, eles **identificam** os objetos e os elementos da natureza; de outro, eles **articulam** uns aos outros, hierarquizando-os. É assim que podemos explicar porque o fenômeno de denominação tem um papel tão importante nas descrições dos viajantes. A taxinomia vai permitir a colocação dos objetos numa ordem. Por outro lado, a ordem no espaço também é importante, o que se nota pela utilização tão constante de expressões tais quais: “existe”, “acha-se”, para exprimir melhor a presença das coisas, apresentando-as segundo um ordenamento espacial que lembre sempre uma série. Dessa maneira, o lugar bem preciso, as coisas bem descritas, e, em seguida, bem definidas, tudo está dito, como se a adição das coisas neste grande inventário da natureza constituísse o resultado final e suficiente da descrição.

Por outro lado, nota-se também que a denominação, na obra dos viajantes, obedece essencialmente a quatro variáveis sempre presentes - forma, número, grandeza e disposição: todas revelando o sentido da visão. Os outros sentidos (gosto, audição, tato, odor) apareciam muito

mais raramente e não têm praticamente nenhum papel nos relatos dos naturalistas. As descrições vão sempre se situar no domínio do visual e não envolvem nenhum sentido que pudesse sugerir um contato íntimo do observador com o objeto observado/descrito.

Mas, uma descrição não será jamais completa sem a **comparação**. Descrever é, antes de tudo, comparar. E, de fato, pode-se perguntar porque as comparações aparecem com tamanha constância nas descrições realizadas pelos viajantes. É porque, no final das contas, a comparação é a única maneira de inscrever as coisas desconhecidas numa estrutura familiar, reduzindo assim a especificidade e a estranheza das coisas e dos elementos novos. Porém, mesmo Buffon denuncia a natureza como infinitamente complexa e admite que existem limites a uma total analogia comparativa. Ele destaca também que a variedade da natureza possui seus próprios funcionamentos e manifestações que sempre ultrapassam o entendimento humano. Por outro lado, Buffon tem consciência de que “as coisas para nós, não são nada em si mesmas, que elas não são ainda nada quando têm um nome, mas que elas começam a existir para nós quando conhecemos as relações entre elas e suas propriedades” (BUFFON, 1749), ou seja, quando nós as envolvemos em nossa lógica, mesmo se essa lógica é sempre artificial ou arbitrária. Porque são artificios que permitem ao homem de apreender o real. Assim, não é realmente a simples descrição que torna as coisas inteligíveis, mas principalmente as relações e as comparações que nós estabelecemos entre elas, dentro das nossas categorias de compreensão. Trata-se, gostaríamos de insistir, de anexar as coisas àquilo que já é conhecido, conceitualizado. Enfim, trata-se do processo de criação da “representação” do mundo vivido no século XVIII, após o surgimento dessa nova episteme.

Ora, como os naufragos na ilha de Júlio Verne, os viajantes-naturalistas do século XVIII vão assumir a tarefa de tornar as coisas reconhecí-

veis. Nessa *démarche* que visa a “representar” as coisas recentemente encontradas (plantas, animais, mesmo tribos e novos lugares), era preciso descrever e nomear. E esse *nome* representava bem uma *coisa*, apresentada ao público e aos cientistas através das coleções, dos desenhos, das pranchas, dos herbários... Porque a tarefa fundamental assumida por esses viajantes se situa bem no discurso da idade clássica (século XVIII): *atribuir um nome às coisas e, com este nome, nomear seu ser* (FOUCAULT, 1966: 168). Inventariar todos os elementos da natureza, mas, desta vez, sempre procurando um elo entre eles, de maneira a construir um encadeamento, a contar uma *história*. Assim, o trabalho do naturalista toma uma nova dimensão: a de, pouco a pouco, preencher com palavras os espaços vazios do mundo e a de utilizar também as mais diversas formas de representação – pranchas, croquis, desenhos e textos (relatos, *litteraria*, etc) – para descrever as coisas. Porque era preciso tornar visíveis as coisas novas dentro desse novo sistema de representação. Os viajantes-naturalistas conquistariam o mundo e seus elementos, dando-lhes um novo sentido. A linguagem, o ato de nomear as coisas, torna-se instrumento da conquista do mundo pelo homem. E o ato primeiro dessa linguagem é descrever, definir: pretende-se fazer compreender o que é um réptil mostrando que ele não é um peixe nem mesmo um mamífero? Queremos fazer um paralelo entre um inseto e um pássaro? Interpretar uma planta graças a um animal? E, de mais a mais, pretendemos chegar ao termo de toda comparação? Então, é preciso mostrar a coisa – através de um desenho, de uma coleção, de uma descrição – para que seu nome se torne possível, para conferir-lhe seus “papéis de identidade”.

## A NATUREZA DE UMA GEOGRAFIA NOVA

Neste ponto do nosso caminho, surge uma idéia sobre a qual torna-se importante debater. Ela toca o papel tomado pela geografia a partir

do momento em que se instala, no Ocidente, essa nova episteme. Em outros termos, que elos existem entre essa idéia de representar o mundo e a geografia? A geografia vai, ela também, em seus fundamentos, conhecer, a partir daí, importantes mudanças. Em efeito, se reconhecemos que este estado de espírito (poderíamos quase falar de um frenesi) que procura nomear, descrever, desenhar, sobreviveu bem nos navios dos cientistas do século XVIII, é preciso compreender que foi lá também que a geografia começou a mudar de eixo. E uma tal mudança pode bem se explicar a partir de um exemplo bem conhecido: aquele da expedição comandada pelo Capitão Cook, este contemporâneo inglês dos viajantes-naturalistas franceses do Iluminismo. (E, do lado francês, podemos dizer que se dará o mesmo, citando, entre muitos outros exemplos, Bougainville e Commerson. E, se escolhermos aqui pegar o exemplo de Cook, é para evitar qualquer confusão, como a idéia da existência de um só viajante francês no caso que vai se seguir. Cook, aqui, servirá como exemplo de todos os viajantes de sua época.)

No tempo de Cook, isto é, naquele meio do século XVIII, quando se discutia a respeito do espaço geográfico, o conflito não se apoiava mais sobre a especulação de um mapa, como foi o caso na época do Tratado de Tordesilhas (bem no espírito da episteme da Renascença, em que, como acabamos de ver, o “mundo de papel” - o mapa - substituía sem grandes problemas o mundo concreto), mas sobre provas instrumentais (como a medida dos graus da linha do Equador, na viagem de La Condamine). A confecção de novas cartas mais precisas, a correção de cartas geográficas antigas a partir da experiência empírica de campo e as observações astronômicas sempre fizeram parte dos objetivos mais conhecidos de Cook. No entanto, a *Introdução do Suplemento da viagem de Bougainville* nos mostra que existem alguns outros objetivos e nos apresenta de maneira geral a organização da expedição do capitão inglês:

*M. de la Lande publicou em 1764 um trabalho sobre a passagem de Vênus, que deveria acontecer no dia 3 de junho de 1769, no qual demonstrou que o local mais claro para tal observação era o meio do mar Pacífico. A Société Royale de Londres pediu ao governo um navio, a fim de observar este interessante fenômeno. O governo inglês, a quem esse projeto não pareceu menos vantajoso ao comércio que ao progresso das ciências, fez armar um navio ao qual deu o comando ao Capitão Cook, e sobre o qual embarcaram os Srs. Solander e Banks, sábios que possuem em toda a Europa uma reputação justamente merecida. O primeiro contribuiu ao serviço dessa empresa com zelo e magnificência dignas de exemplo; e o segundo enriqueceu a história natural de uma infinidade de novas observações realizadas nessa viagem. (BANKS & SOLANDER, 1772: III-IV)*

Os papéis parecem bem distribuídos: a Cook coube a responsabilidade dos dados matemáticos e cartográficos (“geográficos”) e, em nome da “ciência natural”, seguindo o exemplo francês, da viagem de Louis-Antoine de Bougainville, ele recebe em seu navio o jovem botanista Banks, acompanhado de dois naturalistas e dois desenhistas. Cook fará o papel do geógrafo de sua época: aquele que vai tratar das medidas astronômicas, que vai fazer conhecer a figura da Terra, que vai mais especialmente se ocupar da cartografia. Banks, responsável pela história natural, vai ser encarregado, de sua parte, de fazer conhecer o mundo natural. A ele é dada a tarefa de nomear (tarefa maior do naturalista, como lembra FOUCAULT, 1966: 175), descrever, ordenar, classificar, enfim, de representar todos os elementos de uma natureza nova, a fim de lhes achar um lugar no pensamento ocidental.

É então que ocorre uma coisa inesperada! Geógrafo e naturalista vão ver seus papéis se confundir, ou, ainda mais grave, o papel do naturalista vai se deslocar em direção àquele do geógrafo,

até o ponto de o encobrir, ou melhor, de se misturar com ele. E é isto que vai nos permitir ver como a geografia vai assumir um novo papel, a partir da instalação, no século XVIII, daquela nova ordem do saber.

No que concerne a uma análise desses papéis, gostaríamos de começar por tomar algumas idéias “clássicas” encontradas na obra de CARTER (1987) e reconhecer que existe uma diferença bem marcada entre o diário de Cook e os trabalhos de Banks e seu grupo de naturalistas. Cook seria, literalmente, o “geógrafo”, ou seja, aquele que, a partir de uma experiência do espaço, descreve as terras, respeitando suas singularidades, desenhando-as sobre um mapa, corrigindo cartas antigas. Por outro lado, o conhecimento do mundo, para Banks, é exatamente aquilo que sobrevive da transposição de um espécimen da natureza para uma prancha de desenho, sua denominação em latim e o lugar que lhe é dado em uma coleção. No caso da botânica, por exemplo, uma planta arrancada de seu lugar “histórico” ou “geográfico” torna-se um mundo em si mesma. Sua existência num local preciso, num espaço qualquer, perde-se no momento de sua descoberta pela ciência e de sua classificação, encontrando um lugar na ciência européia. Assim, o vazio que cerca uma prancha botânica não existe e a planta torna-se uma história em si. Por outro lado, os vazios nos mapas de Cook são ativos e, entre as linhas, as medidas, os nomes e os traços, encontram-se as experiências particulares de Cook, suas lembranças, e mesmo as marcas de outros cartógrafos do passado. Como podemos ver, Carter descreveu maravilhosamente bem o papel do geógrafo tradicional do século XVIII. E, para o autor, Banks desempenha bem o papel do “naturalista-coletor”, o “funcionário de um museu qualquer”.

No entanto, gostaríamos de propor um outro olhar, colocando a seguinte questão: quem era, na verdade, o geógrafo do *Endeavour* (o navio do Capitão Cook)? Respeitando tudo o que temos dito até aqui sobre o ato de nome-

ar, de representar, de dar uma “carteira de identidade” e um lugar preciso na ciência européia às coisas “totalmente estranhas” recentemente descobertas, gostaríamos de acreditar que o geógrafo embarcado no *Endeavour* seria aquele que teria aberto, no mundo, as vias do conhecimento. Aquele que teria dado nome às coisas. Que teria preenchido de “representações” os vazios existentes entre as palavras e as coisas. Aquele que teria encarnado o colono, e não mais o naufrago, transformando o mundo num “mapa desdobrado”. Enfim, aquele que teria aberto no mundo as vias da ciência, transformando o mundo em espaço reconhecível por todos aqueles que virão depois dele. Aquele que vai “contar o mundo” a partir das exigências de uma nova episteme. Então, a resposta se torna Banks. É ele o geógrafo do *Endeavour* ou, ao menos, é ele que vai desempenhar o papel do novo geógrafo.

Cook, com sua cartografia pura e simples, vai sempre assumir o papel de um geógrafo, certamente. Mas do geógrafo que, se encontra ainda seu lugar no século XVIII, não representa mais o “geógrafo moderno” que nascia naquele momento, nos barcos dos viajantes-naturalistas. Se, desde a Antiguidade, a tarefa principal da geografia tem sido sempre a de explicar o mundo, de dotar o mundo de sentido, é Banks quem melhor vai se ocupar disso. É Banks quem encarnará o geógrafo, porque é ele também quem vai procurar a ordem na natureza ou mesmo uma explicação para o mundo, através de correlações que buscavam fornecer explicações para as questões colocadas pela nova ciência européia.

Nosso objetivo aqui não é o de destruir a imagem do geógrafo “tradicional” do século XVIII, substituindo-a radicalmente por aquela de um “geógrafo-naturalista”. Ao contrário, nossa proposta se restringe à de fazer reconhecer que o geógrafo novo, moderno, que nasceu dentro dos barcos do século XVIII, era uma “conjunção” dos dois “geógrafos” (Cook

e Banks), uma mistura bem apropriada de uma tradição “cartográfica” com uma geografia “sensível” (praticada pelos naturalistas, como quer Broc). E essa geografia nova, que exigia do cientista um novo papel, cremos que foi mais encarnada por Banks que por Cook.

Este pequeno trabalho serve, antes de mais nada, para fazer compreender a importância e a atenção que se deve dar às diferentes formas de representação da natureza adotadas pelos viajantes-naturalistas em seus relatos e, por consequência, ao “novo geógrafo” que nascia entre esses viajantes. E, se queremos realmente descobrir com eles o novo mundo e a nova ciência que desabrochavam no século XVIII, compreendendo tudo o que se esconde sob as formas de descrição do mundo adotadas, é preciso lembrar que:

- 1) que eles viajaram em um mundo novo, onde a “navegação” se fazia entre as palavras e as coisas, utilizando, ou mesmo “inventando”, novas formas de representação que podem incluir desenhos, pranchas, coleções, herbários etc. É preciso lembrar que esses viajantes/geógrafos redescobrem o mundo. Um mundo que não era mais um prolongamento daquele da Renascença, mas um mundo totalmente desconhecido pela nova ciência européia saída da nova episteme que se instalava no Ocidente. E este mundo tinha que ser novamente “contado”;
- 2) que foram Banks, Commerson e outros naturalistas os primeiros que se engajaram em descrever esse novo mundo, em estabelecer as relações entre seus elementos, em procurar correlações explicativas, que se ocuparam, enfim, de tudo aquilo que, mais tarde, resultaria na construção de uma geografia nova, de uma geografia moderna. As vias da ciência estavam, assim, abertas. O mundo, de uma “ilha misteriosa” transformara-se em um “mapa desdobrado”. A ciência dos viajantes-naturalistas alcançara seu apogeu. Uma geografia nova nascia.

## RESUMO

*O trabalho que apresentamos aqui é parte de nossa tese de Doutorado – Pour une histoire naturelle de la géographie. Les voyageurs-naturalistes français au Brésil au siècle des Lumières – apresentada na Universidade de Paris IV – Sorbonne, em 1996, sob a orientação do professor Paul Claval. Nosso objetivo principal era provar que a geografia, especialmente a geografia dita “humana”, tem suas raízes na história natural praticada no século XVIII. Para demonstrar nossa tese, trabalhamos sobre os viajantes-naturalistas franceses no Brasil, no século das Luzes. O trabalho desses cientistas, coletores e ilustradores comporta três elementos que serão de importância decisiva na formação da geografia como ciência moderna, “objetiva”: o cuidado com descrições realistas; as classificações sistemáticas das coleções; e a utilização do método comparativo nas interpretações. Não se trata apenas de uma transferência desses métodos da história natural à geografia, pois os naturalistas não se satisfazendo mais em limitar seus interesses às plantas e aos animais, acabam por estender este mesmo interesse aos povos e sociedades, utilizando os mesmos métodos da história natural. cremos que a extensão dos métodos naturalistas ao estudo das sociedades deu à geografia não somente seus métodos e práticas, mas também seu objeto.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Pensamento geográfico; história natural; viajantes; naturalistas; século das Luzes.*

## RÉSUMÉ

*Le travail que nous présentons ici fait partie de notre thèse de Doctorat -Pour*

*une histoire naturelle de la Géographie. Les voyageurs-naturalistes français au Brésil au siècle des Lumières, - présentée à l'Université de Paris IV - Sorbonne, en 1996, sous la direction du professeur Paul Claval. Notre objectif principal était de prouver que la géographie, et tout particulièrement la géographie dite “humaine”, tire ses racines de l'histoire naturelle pratiquée au XVIIIème siècle. Pour le démontrer, nous avons choisi de travailler sur les voyageurs-naturalistes français au Brésil, au siècle des Lumières. Le travail de ces scientifiques, collecteurs et illustreurs comporte trois éléments qui seront d'une importance décisive dans la formation de la géographie comme science moderne, “objective”: un souci des descriptions réalistes; les classifications systématiques des collections; et l'utilisation de la méthode comparative dans les interprétations. Et il ne s'agit pas seulement d'un transfert de ces méthodes de l'histoire naturelle à la géographie: les naturalistes ne se satisfaisaient plus de limiter leurs intérêts aux plantes et animaux, et étendaient finalement ce même intérêt aux peuples et aux sociétés! Et ils le faisaient en utilisant les méthodes de l'histoire naturelle. Et nous croyons que l'extension des méthodes naturalistes à l'étude des sociétés a donné à la géographie, non seulement ses méthodes et ses pratiques, mais aussi son sujet.*

## MOTS-CLEF

*Pensée géographique; histoire naturelle; voyageurs; naturalistes; siècle des Lumières.*

## BIBLIOGRAFIA

- BANKS, J.; SOLANDER, D. *Supplément au voyage de Bougainville*. Paris, 1772.
- BERNARDIN DE SAINT PIERRE. *Voyage à l'Isle de France*. t. II, p. 227, cité dans BROU, N. *Les montagnes vues par les géographes et les naturalistes de langue française au XVIIIème siècle*. Paris: B.N., 1969. 298 p.
- BERTHIAUME, P. *L'aventure américaine au XVIIIème siècle*. Du voyage à l'écriture. Ottawa: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1990. 487 p.
- BUFFON. *De la manière d'étudier et de traiter l'Histoire Naturelle*. Paris, 1749.
- CARTER, P. *The road to Botany Bay: an essay in spatial history*. London: Jaber, 1987. 289 p.
- CLAVAL, P. *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. Paris: Les Belles Lettres, 1976. 201 p.
- \_\_\_\_\_. *Les mythes fondateurs des sciences sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. 261 p.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966. 400 p.
- LIVINGSTONE, D. *The geographical tradition*. Oxford: Blackwell, 1992. 435 p.
- STODDART, D. *On geography and its history*. Oxford: Blackwell, 1986.

